



# O papel da Central de Abastecimento Maracanaú (CE) no sistema agroalimentar de Fortaleza e sua Região Metropolitana

*The role of Maracanaú Supply Center (CE) in the agrifood system of Fortaleza and Metropolitan Area*

*El papel de la Central de Abastecimiento (CE) de Maracanaú en lo sistema agroalimentario de Fortaleza y su Región Metropolitana*

**Rebeka Carvalho Macêdo**

Universidade Federal do Ceará  
rebekacarvalhomacedo@gmail.com

**Iara Rafaela Gomes**

Universidade Federal do Ceará  
iara.gomes@ufc.br

**Resumo:** Este artigo analisa as intervenções estatais e políticas de abastecimento implementadas para enfrentar crises no sistema agroalimentar brasileiro, com foco no fornecimento para as principais metrópoles do país. O estudo concentra-se na CEASA Maracanaú (CE), responsável pelo abastecimento de feiras, mercearias, mercados e redes de supermercados em Fortaleza e Região Metropolitana. Utilizando uma abordagem quali-quantitativa, a pesquisa compreende revisão de literatura, levantamento e análise de dados quantitativos, análise de documentos oficiais e entrevistas com funcionários e permissionários da CEASA. Os resultados destacam as medidas estatais adotadas em momentos de crise agroalimentar no Brasil, caracterizam as CEASAs nacionalmente e evidenciam a importância da CEASA Maracanaú para o sistema agroalimentar de Fortaleza e região. Este estudo provoca reflexões cruciais para o aprimoramento do planejamento de sistemas agroalimentares urbanos diante de crises alimentares.

**Palavras-Chave:** Abastecimento Alimentar. Crises Agroalimentares. Intervenção do Estado. CEASA (Maracanaú – CE).

**Abstract:** This paper analyzes the government intervention and supply policies implemented to address crises in the Brazilian agrifood system, focusing on the supply to the major cities in the country. The study focuses on Maracanaú CEASA (CE) — the food supply center of the State of Ceará —, responsible for supplying open-air markets, grocery stores, local markets and supermarkets in the city of Fortaleza and its metropolitan area. Applying a qualitative and quantitative study method, the research comprises a literature review, survey and analysis of quantitative data, analysis of official documents, and interviews with CEASA employees and concessionaires. The research findings highlight the measures taken by the government during agrifood crises in Brazil, distinguish CEASAs at a national level and emphasize the importance of Maracanaú CEASA for the agrifood system in Fortaleza and metropolitan area. This study prompts critical reflections to enhance the planning of urban agrifood systems in the face of food crises.

**Keywords:** Food Supply. Agrifood Crises. Government Intervention. CEASA (Maracanaú – CE).

**Resumen:** Este artículo analiza las intervenciones estatales y las políticas de suministro implementadas para enfrentar las crisis en el sistema agroalimentario brasileño, centrándose en el suministro a las principales metrópolis del país. El estudio se centra en CEASA Maracanaú (CE), responsable por abastecer ferias, colmados, mercados y cadenas de supermercados en Fortaleza y su Región Metropolitana. Utilizando un enfoque cuali-cuantitativo, la investigación comprende una revisión de la literatura, levantamiento y análisis de datos cuantitativos, análisis de documentos oficiales y entrevistas a empleados y permisionarios de CEASA. Los resultados resaltan las medidas estatales adoptadas en tiempos de crisis agroalimentaria en Brasil, caracterizan a las CEASA a nivel nacional y resaltan la importancia de la CEASA Maracanaú para el sistema agroalimentario de Fortaleza y la región. Este estudio suscita reflexiones cruciales para mejorar la planificación de los sistemas agroalimentarios urbanos ante las crisis alimentarias.

**Palabras clave:** Abastecimiento de Alimentos. Crisis agroalimentarias. Intervención del estado. CEASA (Maracanaú - CE).

## Introdução

No contexto do abastecimento agroalimentar global, a gestão eficiente do suprimento alimentar em áreas urbanas tornou-se uma preocupação crucial para os governos ao longo das décadas. A complexidade desse cenário é evidente diante do crescimento populacional, da urbanização acelerada e das demandas crescentes por alimentos desde meados do século XX.

No caso brasileiro, ao final da década de 1960, o país enfrentava um contexto de inflação descontrolada e pressões sociais crescentes, enquanto a gestão do abastecimento urbano nas grandes cidades emergia como uma questão de alta relevância para os governos militares. As dificuldades incluíam a insuficiência de infraestrutura para o escoamento de safras destinadas ao mercado interno, o estímulo às importações de alimentos como estratégia para enfrentar problemas de abastecimento e a falta de apoio à produção direcionada ao mercado doméstico.

Este estudo considerou a transição tecnológica, as mudanças nos padrões de consumo e os avanços na infraestrutura de transporte e distribuição de alimentos que moldaram a gestão do abastecimento. Contudo, desafios persistem, como a concentração de poder nas mãos de empresas nacionais e estrangeiras, que continuam a desempenhar um papel significativo na garantia de um suprimento alimentar estável e equitativo para as áreas urbanas.

O objetivo deste trabalho foi investigar a intervenção do Estado nas políticas de abastecimento agroalimentar em Fortaleza (CE), proporcionando uma análise das estratégias adotadas em nível local para enfrentar os desafios específicos do abastecimento alimentar em uma área urbana distinta.

Com esse propósito, conduzimos os procedimentos metodológicos organizando-os em quatro etapas: i) realização de revisão bibliográfica abrangendo artigos, monografias, dissertações, teses e demais documentos; ii) coleta e análise de dados provenientes de fontes institucionais; iii) elaboração de tabelas, gráficos, mapas utilizando a plataforma ArcGIS; iv) realização de trabalhos de campo na CEASA (Maracanaú - CE) para observação direta, realização de entrevistas e registro fotográfico.

Esta pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais abrangente das políticas de abastecimento alimentar, destacando a importância de estratégias eficazes de gestão para garantir um fornecimento adequado de alimentos em áreas urbanas de constante transformação.

O artigo está dividido em duas seções distintas, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, delineamos as políticas do Estado de abastecimento agroalimentar na cidade de Fortaleza (CE) e na segunda, abordamos a implementação das centrais de abastecimento (CEASAs) no Brasil e o caso da CEASA (Maracanaú).

## **A intervenção do Estado nas políticas de abastecimento agroalimentar em Fortaleza (CE)**

No contexto cearense, primordialmente nos períodos de estiagem, emergiam obstáculos no abastecimento das diversas localidades do Ceará, em especial as urbanas, derivados das adversidades na produção dos agricultores familiares. Essas adversidades englobavam variáveis de ordem social, política e climática, que engendravam a escassez de insumos alimentares, notadamente na capital (QUEIROZ, 2011).

Conforme Queiroz (2011), o consumo alimentar era possibilitado pela produção proveniente de várias regiões do estado, contudo, a distribuição estava a cargo de intermediários que majoravam significativamente os custos dos alimentos, prejudicando, sobremaneira, o abastecimento em todo o território cearense. Diante desta conjuntura, o estado implementou medidas para mitigar os altos valores dos produtos, inclusive, assumindo a responsabilidade pelo transporte da produção.

Conforme Linhares (1979), as medidas não apenas propiciavam vantagens ao modelo agroalimentar hegemônico, mas também favoreciam as elites agrárias em âmbito nacional. Elas faziam parte de um conjunto de ações paliativas do Estado para remediar essas crises do sistema alimentar.

Este padrão de intervenção segue a lógica nacional e apresentou muitas similaridades no estado do Ceará, caracterizando-se essencialmente pelo delineamento de políticas destinadas à mitigação da fome e às adversidades causadas pelas secas na Região Nordeste, na qual o Ceará figura como um dos entes participantes do polígono da seca, beneficiando-se de tais iniciativas.

Assim sendo, as intervenções estatais voltadas para assegurar o abastecimento alimentar no Ceará englobaram diversas medidas. Destacam-se, a gestão do transporte da produção, com a finalidade de reduzir a influência dos intermediários e os preços dos alimentos para os consumidores; a distribuição direta de alimentos e sementes aos agricultores para sustentação de suas pequenas lavouras e a construção de infraestrutura ferroviária (QUEIROZ, 2011).

Outros fatores foram a atenção voltada para a otimização dos sistemas de transporte de pessoas e mercadorias, incluindo matérias-primas e gêneros alimentícios; a implementação de açudes para aprimorar o sistema de produção de alimentos e a introdução de tecnologias na prática agrícola. Importante ressaltar que, apesar de tais iniciativas, os fortalezenses ainda enfrentavam elevados custos com alimentação, especialmente, os de baixa renda.

Segundo Queiroz (2011), no transcorrer da segunda metade do século XIX, a urbe de Fortaleza emergiu como um centro de importância notável para a coleta da produção pastoril e agrícola oriunda do interior do Estado. O crescimento econômico da cidade foi predominantemente impulsionado pela produção de algodão e pela pecuária, coadunado com o estabelecimento das primeiras indústrias dedicadas à exportação de algodão para os complexos têxteis dos Estados Unidos.

Um dado relevante é que nesse momento (estendendo-se a todo Século XX), a população residente em Fortaleza evidenciava, em seus domicílios, a prevalência de práticas agrícolas e criações de pequena escala nos quintais, perpetuando hábitos rurais decorrentes do êxodo rural do interior do Ceará para a capital. A preservação dessas atividades visava, principalmente, assegurar o abastecimento das famílias, bem como viabilizar a comercialização dos excedentes de produção (QUEIROZ, 2011).

Nesse período, no âmbito do comércio de gêneros alimentícios, predominava a venda de leite, frutas, legumes, doces, ovos, fumo e capim, em locais designados pela Câmara Municipal por meio de editais, os quais estipulavam que as transações deveriam ser conduzidas pelos próprios produtores que apresentavam os itens à venda, isto é, pelos mesmos indivíduos encarregados do cultivo dos referidos gêneros. As ações estatais eram direcionadas para a implementação de resoluções

municipais que regulamentavam a comercialização de alimentos em praças, vias públicas e residências, objetivando a salvaguarda da saúde pública mediante fiscalização e imposição de sanções pecuniárias (CAMPOS, 1988; QUEIROZ, 2011).

Os principais dispositivos urbanos de abastecimento em Fortaleza durante o século XIX compreendiam as feiras livres, os mercados públicos, as bodegas, as mercearias e os vendedores ambulantes. Embora tais mecanismos de fornecimento e comércio de produtos hortifrutis perdurem até os dias contemporâneos, enfrentam uma competição significativa por parte das extensas e robustas redes de supermercados e hipermercados, de âmbito local, nacional e multinacional.

Ao longo de todo o século XX, a dinâmica urbana de Fortaleza diferiu das demais cidades do Ceará, destacando-se pela presença substancial de estabelecimentos comerciais, notadamente, no segmento de varejo de gêneros alimentícios. A cidade evoluiu para se tornar um centro de intensa circulação comercial de matérias-primas, abastecendo tanto o mercado interno quanto o externo, além de se consolidar como um polo produtor de manufaturas, produtos industrializados e serviços.

Fortaleza mantinha um expressivo contingente de armazéns de depósitos, fazendas, gêneros da terra e estivas, fornecendo insumos para lojas, mercearias, quitandas, bodegas e estabelecimentos que comercializavam produtos secos e molhados, concentrando-se, assim, nas transações de alimentos (QUEIROZ, 2011).

Na fase inicial da crise de abastecimento no Brasil, observavam-se em Fortaleza diversas transformações de natureza econômica e social, bem como no sistema de transportes, notadamente, devido à implementação de ferrovias e rodovias que beneficiaram as atividades comerciais, especialmente, aquelas vinculadas à exportação de algodão. Esse período se caracterizou pela mecanização dos transportes e pelo surgimento de determinados ritos urbanos (SOUZA, 2009; QUEIROZ, 2011).

No ano de 1922, no setor de produção de alimentos processados, Fortaleza viu o estabelecimento de uma fábrica de beneficiamento de arroz, uma unidade industrial voltada para a produção de sal e outra dedicada à fabricação de farinha de trigo. Nesse contexto, a panificação e a produção de massas desempenharam papéis proeminentes na esfera da produção local e regional (SOUZA, 2009; QUEIROZ, 2011).

Conforme Silva (2009), a expansão da lavoura de algodão desempenhou um papel crucial na projeção de Fortaleza como um notável centro urbano, sobretudo em concomitância com o desenvolvimento da ferrovia, que ampliou significativamente a função comercial da cidade. A ferrovia, por sua vez, exerceu uma função organizadora no espaço urbano, estabelecendo relações fundamentais com o interior e antecipando a criação dos percursos que, posteriormente, se tornariam as rodovias contemporâneas.

Do final do século XIX ao início do século XX, a questão do abastecimento alimentar emergiu como uma preocupação substancial e objeto de reivindicação por parte da classe trabalhadora. Fortaleza experimentou um notável incremento populacional, decorrente tanto de migrações estrangeiras quanto do êxodo rural. De acordo com Souza (2009), no período compreendido entre as décadas de 1920 a 1940, o saldo migratório foi de 63.24% e o crescimento vegetativo atingiu 36.76% (PLANDIFOR, 1972). Como resultado, a população aumentou de 78.536 em 1920 para 180.185 em 1940, representando um crescimento intercensitário de 129.4%, consoante dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1976).

Esse intenso e rápido aumento populacional promoveu a expansão de aglomerações de favelas na capital, uma vez que a maioria dos migrantes provenientes do interior possuía recursos financeiros limitados para se estabelecer em áreas de maior valor de terra urbana. Nesse período, a cidade também foi beneficiada com a implementação de diversos serviços urbanos, tais como: energia elétrica, transporte coletivo, bondes, instituições de ensino superior, estabelecimentos cinematográficos e o Teatro José de Alencar. Essas iniciativas contribuíram para a assimilação dos hábitos urbanos pela população fortalezense (SOUZA 2009; SILVA, 2009).

Apesar desse desenvolvimento que marcou o processo de urbanização em ascensão, Fortaleza ainda conservava vínculos robustos com o ambiente rural, conforme aponta Queiroz (2011) no contexto da produção e comercialização de gêneros alimentícios:

É preciso lembrar que a pequena produção e a venda de alimentos na cidade devem ser consideradas dentro da dinâmica entre a vivência rural e urbana na cidade de Fortaleza, durante o final do

século XIX e início do XX. Esses modos de vida não se antagonizaram. Em sua constituição, a cidade continuou experimentando a vivência dita rural, estabelecendo currais, produção de verduras e hortaliças e a pequena criação de animais, atividades que extrapolavam, muitas vezes, a esfera do consumo de subsistência, passando a suprir a venda local por meio de condutas desafiadoras da ordem pública (QUEIROZ, 2011 p. 50).

No período considerado como a segunda crise de abastecimento no Brasil, Fortaleza experimentava um significativo fenômeno migratório relacionado a adversidades enfrentadas pela economia rural do estado do Ceará. Essas dificuldades foram acentuadas a partir de 1930, devido as recorrentes secas (1932, 1952, 1958 e 1970), que resultaram na migração em massa de um considerável contingente de indivíduos que enfrentavam privações alimentares nas localidades do interior estadual, concentrando-se na capital (SOUZA, 2009; QUEIROZ, 2011).

No ano de 1940, a população de Fortaleza era de 180 mil habitantes. Esse incremento populacional instigava a demanda por estratégias de organização urbana. Todavia, apesar das medidas de modernização e urbanização implementadas na cidade, ainda persistiam diversas características associadas à atividade agrícola e aos modos de vida rurais em sua estrutura (SOUZA, 2009; QUEIROZ, 2011).

No decorrer de sua evolução urbana, a capital cearense experimentava outras transformações em decorrência do contínuo aumento populacional ao longo das décadas. O adensamento construtivo direcionava-se predominantemente nas direções leste-oeste e ao longo das principais vias de penetração, resultando nas vias radiais Avenida Bezerra de Menezes – BR 222, Capistrano Abreu - BR 020 e Visconde do Rio Branco – BR 116, como podemos observar na (Figura 1):

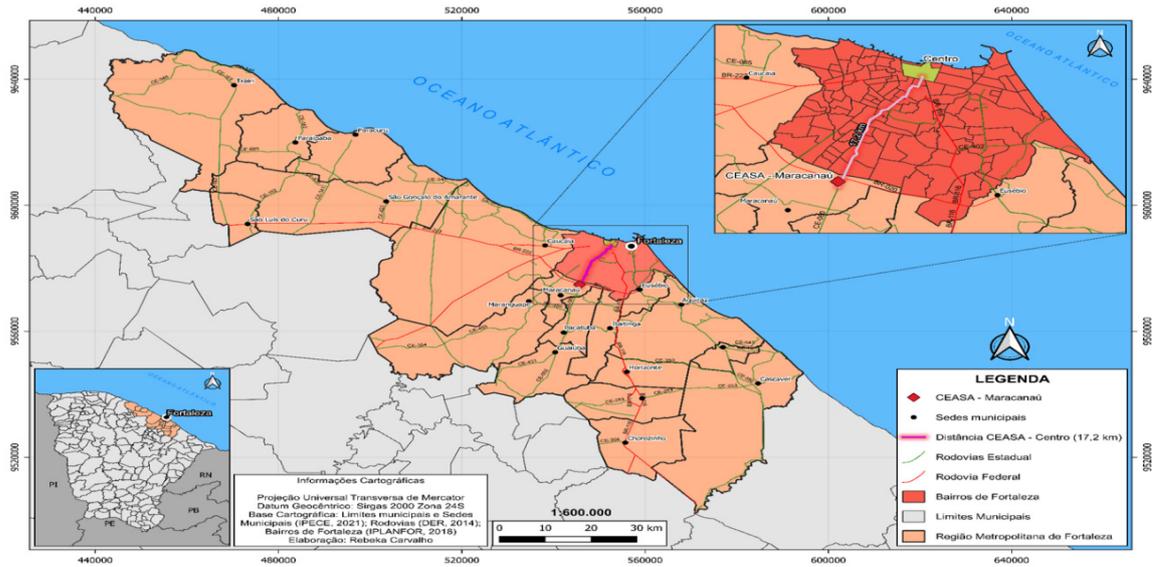


Figura 1: Localização da CEASA na Região Metropolitana de Fortaleza.

Fonte: Macêdo (2023).

Essa configuração, que associava a malha xadrez a um plano radio-concêntrico, orientou a progressão do processo de expansão urbana ao longo das principais vias de penetração. Posteriormente, em 1934, foi elaborado o Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza proposto pelo urbanista Nestor Figueiredo (SOUZA, 2006).

Conforme Webb (1961), no intervalo compreendido entre 1940 e 1955, o Brasil experimentou um incremento na média anual da taxa de crescimento populacional, fenômeno que também se manifestou em Fortaleza. Destaca-se ainda que a capital cearense apresentou um índice de crescimento de 66%, no período de 1960 a 1970, posicionando-se como a capital do Nordeste com o maior índice de crescimento demográfico, apresentando acréscimo absoluto de 362.884 habitantes, correspondente a uma variação percentual de 70,4%.

A população fortalezense atingiu 872.702 habitantes e seu rápido crescimento demográfico nas décadas subsequentes não foi acompanhado por políticas destinadas ao desenvolvimento de sua economia urbana. Em 1970, a capital já concentrava 48% da população urbana do Estado, e a Região Metropolitana 56% resultado do considerável saldo migratório e crescimento vegetativo, resultando em mudanças constantes em seu espaço urbano (SOUZA, 2006).

Para abastecer essa grande massa populacional, no que concerne aos principais dispositivos de abastecimento alimentar, durante a segunda etapa da crise nacional de abastecimento, permanece o domínio das feiras livres de rua, botequins, mercearias e mercados públicos municipais. Contudo, a partir de 1965, o setor comercial testemunhou a disseminação de supermercados, inicialmente concentrados no centro da cidade e, posteriormente, estendendo-se para bairros de renda média e alta (WEBB, 1961).

Esses estabelecimentos entraram em concorrência direta com os modelos já existentes. Naquele período, os principais produtos agrícolas consumidos em Fortaleza eram: arroz, trigo, milho, batata inglesa, feijão, banana, laranja, cebola, batata-doce e tomate (WEBB, 1961).

Adicionalmente, Fortaleza concentrava as principais atividades administrativas, comerciais, portuárias, sociais e culturais do Estado. Em 1970, detinha 45% dos estabelecimentos comerciais atacadistas do Estado e 22% do comércio varejista, exercendo, também, uma influência preponderante na coleta de matérias-primas destinadas à exportação e ao mercado estrangeiro. Seus principais produtos incluíam: castanha de caju, lagosta congelada, cera de carnaúba, óleo de mamona, filé de peixe, fios de algodão e tecidos de algodão (SOUZA, 2009).

O crescimento populacional em Fortaleza contribuiu para o incremento na demanda por alimentos e serviços. Um dos critérios para a instalação de centrais de abastecimento no Brasil, era a existência de altas taxas populacionais em grandes centros urbanos, e Fortaleza, com seu intenso crescimento populacional, foi selecionada para a primeira fase de implementação, juntamente com outras importantes cidades brasileiras.

Nos séculos XX e XXI, em seu papel de agente social na promoção da reestruturação do território, o Estado atua por meio da implementação de diversas medidas para conter os problemas associados às crises de abastecimento agroalimentar e às contradições de interesses da classe dominante. Nota-se a promulgação de diferentes leis, decretos e a criação de instituições destinadas a abordar, especificamente, as questões relacionadas ao abastecimento alimentar nas cidades brasileiras, com destaque para Fortaleza.

A partir de 1969, tornaram-se evidentes não apenas em Fortaleza (CE), mas também em outras metrópoles brasileiras, os primeiros indícios de iniciativas voltadas para a modernização do sistema de abastecimento nacional. Essas medidas visavam enfrentar as diversas crises e solucionar os desafios acumulados nas décadas precedentes. Nesse cenário, o papel do Estado transitou de regulador do sistema agroalimentar brasileiro para o de fiscalizador e executor do abastecimento nacional, mediante a criação e administração das centrais.

A seguir, trataremos de maneira bastante geral da implementação das centrais de abastecimento (CEASAs) no Brasil, e com mais detalhamento do caso da CEASA (Maracanaú) em Fortaleza (CE). A ideia é refletir sobre o papel do Estado, em relação ao abastecimento nacional e, em especial, o estabelecimento e administração de uma central específica.

## A implementação das centrais de abastecimento (CEASAs) no Brasil e o caso da Ceasa Maracanaú (CE)

Em 1970, diante da necessidade de prover alimentos para uma população de mais de 94 milhões de habitantes no Brasil, e considerando os desafios enfrentados nas décadas anteriores, tornou-se imperativo adotar medidas mais duradouras e abrangentes em escala nacional para enfrentar a crise no abastecimento. Ao longo das décadas subsequentes, a população aumentou progressivamente, especialmente nas Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, como evidenciado na Tabela 1. Esse fenômeno está principalmente associado às migrações, ao êxodo rural e ao crescimento urbano.

**Tabela 1: Aumento Populacional do Brasil entre as décadas 1970/2010 por Regiões**

Brasil e Regiões	Ano						Variação Absoluta 1970/2010	Variação Percentual 1970/2010
	1970	1980	1991	2000	2010			
Norte	4.188.313	6.767.249	10.257.266	12.893.561	15.864.454	11.676.141	278%	
Nordeste	28.675.110	35.419.156	42.470.225	47.693.253	53.081.950	24.406.840	85%	
Sudeste	40.331.969	52.580.527	62.660.700	72.297.351	80.364.410	40.032.441	99%	

Sul	16.683.551	19.380.126	22.117.026	25.089.783	27.386.891	10.703.340	64%
Centro Oeste	4.629.640	7.003.515	9.412.242	11.616.745	14.058.094	9.428.454	203%
<b>Brasil</b>	<b>94.508.583</b>	<b>121.508.573</b>	<b>146.917.459</b>	<b>169.590.693</b>	<b>190.755.799</b>	<b>96.247.216</b>	<b>101%</b>

Fonte: IBGE (2022) – Dados do Sidra/ Censo Demográfico

Nesse contexto, o Brasil vivenciava uma reestruturação na sua produção agrícola, caracterizada por uma série de transformações, culminando no aumento na produção de culturas e matérias-primas destinadas à exportação e abrangendo gêneros alimentícios essenciais, como frutas e hortaliças.

O Estado interveio diretamente nas questões de abastecimento na década de 1970 com a implementação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) de 1972-1974, que propunha: i) a criação de estruturas especializadas de transporte, juntamente com a modernização dos portos; ii) a concessão de créditos aos produtores rurais visando ampliar a capacidade de estocagem em nível de fazenda; iii) o financiamento do setor privado para expandir a armazenagem intermediária; iv) a implementação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento; v) a ampliação, nos principais centros urbanos, das redes de supermercados e outros sistemas de autosserviço (LINHARES, SILVA, 1979; LIMA et al. 2012; GIRÃO, 2017; SILVEIRA, 2021).

Desta forma, na década de 1970, foram estabelecidas 21 (vinte e uma) Centrais de Abastecimento (CEASAs) nas capitais de todo o país. Essas CEASAs foram constituídas como entidades de economia mista, com participação acionária da União, dos Estados e dos Municípios sedes das Centrais de Abastecimento (LINHARES, SILVA, 1979; MENEZES, PORTO, GRISA, 2015).

De acordo com Girão (2017), a aprovação de instrumentos destinados à construção das primeiras Centrais de Abastecimento, foi promulgada mediante o Decreto nº 66.332, de 17 de março de 1970, conforme previsto no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 : Ano de criação das centrais de abastecimento no Brasil/ I PND.

I PND/Ano de Criação	Centrais de Abastecimento				
	Brasília DF	Fortaleza CE	Recife PE	Rio de Janeiro RJ	São Gonçalo RJ
1972					
1973	Salvador BA	Aracaju SE	Porto Alegre RS	-	-
1974	Belo Horizonte MG	João Pessoa PB	-	-	-

Fonte: Abracen (2011).

Consoante Linhares e Silva (1979) e Lima *et al.* (2012), houve ainda o estabelecimento do Conselho Nacional de Abastecimento (CONAB) em 1974, cuja função primordial era coordenar e implementar a política nacional de abastecimento, com o objetivo de resguardar o mercado interno de gêneros alimentícios, por meio da intervenção na produção e comercialização dos itens essenciais.

Essas instalações, também referidas como entrepostos atacadistas, tinham como objetivo aprimorar a comercialização em larga escala de produtos hortifrutigranjeiros, isso incluía melhorias nos aspectos técnicos-operacionais, bem como na qualidade, embalagem, higienização, logística, segurança alimentar e nutricional (SAN), com o propósito de buscar preços mais equitativos tanto para os produtores quanto para os consumidores (GIRÃO, 2017).

A assistência técnica e financeira para a implementação desses projetos foi fornecida por instituições internacionais, tais como a *Food and Agriculture Organization* (FAO), a *United States Agency for International Development* (USAID) e a Mercados Centrais de Abastecimento S/A (MERCASA). Um dos critérios fundamentais para a seleção dos locais de estabelecimento das centrais era que se situassem em cidades com as maiores concentrações demográficas do Brasil. Essa escolha visava minimizar as perdas, aproveitando o significativo contingente de consumidores, e, de maneira óbvia, otimizar a distribuição de produtos agrícolas no contexto do consumo urbano (GIRÃO, 2017; PEREIRA, 2017).

A instituição do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), executado entre 1975 e 1979, propiciou a expansão da implementação de

novas centrais de abastecimento pelo território brasileiro, conforme indicado no Quadro 2. Nesse contexto, o sistema de abastecimento no Brasil almejava alinhar-se com as tendências internacionais e a ampliação resultou na criação de mais duas importantes centrais: a CEASA (PE) em Recife e a CEAGESP (1969) em São Paulo, ambas pioneiras e referências primárias para a estrutura de abastecimento do país (LIMA et al. 2012; GIRÃO 2017, PEREIRA, 2017).

**Quadro 2: Ano de criação das centrais de abastecimento no Brasil/ II PND**

II PND/Ano de Criação	Centrais de Abastecimento						
<b>1975</b>	Manaus AM	Campinas SP	Maringá PR	Belém PA	Goiânia GO	Maceió AL	Natal RN
<b>1976</b>	Curitiba PR	Campina Grande PB	Teresina PI	-	-	-	-
<b>1977</b>	Vitória BA	Mossoró RN	São Luís MA	-	-	-	-
<b>1978</b>	Foz do Iguaçu PR	Florianópolis SC	Anápolis GO	Uberlândia MG	Novo Hamburgo RS	-	-
<b>1979</b>	Juiz de Fora MG	Campos RJ	Campo Grande MS	-	-	-	-

Fonte: Abracen (2011).

No âmbito internacional, Pereira (2017) destaca a importância das centrais atacadistas em cidades como Paris e Barcelona para o desenvolvimento urbano. Em 1953, a França estabeleceu a *Fédération Française des Marchés d'Intérêt Nacional* (FFMIN), que continua a operar até os dias atuais em defesa dos interesses dessas centrais. De forma semelhante, a Espanha instituiu, em 1966, a *Mercados Centrales de Abastecimiento S.A.* (MERASA), uma significativa referência em abastecimento tanto para a Europa quanto para o restante do mundo.

Os especialistas da MERASA desempenharam um papel fundamental nos estágios iniciais do planejamento e implementação da Central de Abastecimento de São Paulo (CEAGESP) no final dos anos 1960. Este

modelo caracterizava-se pela natureza pública na gestão do sistema, enquanto a operacionalização comercial permanecia sob a responsabilidade do setor privado (LIMA et al. 2012; PEREIRA, 2017; GIRÃO, 2017).

No Brasil, foi implementado o sistema público de abastecimento alimentar, originado do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), em vigor entre os anos de 1972 e 1988, estabelecido pelo decreto nº 70.502, de 11/05/1972. A empresa estatal Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), atualmente denominada CONAB, foi incumbida das responsabilidades de coordenação, controle técnico, administrativo e financeiro do Programa, além da criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) (CUNHA, 2011; GIRÃO, 2017; QUEIROZ, 2018).

O Prohort visava otimizar a circulação eficiente dos alimentos, ao mesmo tempo em que buscava assegurar a segurança alimentar e nutricional populacional. Isso porque, apenas a implementação física de equipamentos não garantiria as melhorias necessárias para atender às demandas do segmento hortifrutigranjeiro. O objetivo primordial do programa consistia em prover produtos essenciais a preços acessíveis à população carente, que enfrentava dificuldades de acesso à rede de supermercados preexistente (MENEZES, PORTO, GRISA, 2015).

Os objetivos do SINAC eram mitigar os custos na cadeia de produção por meio da transparência no processo de formação de preços e da redução de sua flutuação. Além disso, buscou-se disseminar um padrão de classificação e redução das deseconomias de aglomeração decorrentes da constante organização do espaço urbano (CUNHA, 2011 et al.; GIRÃO, 2017; QUEIROZ, 2018).

É importante salientar que, em escala global, ao longo da década de 1980, as discussões acerca da governança alimentar conduzidas pelas principais organizações institucionais centravam-se na crise generalizada do setor produtivo, na assistência alimentar, no papel da participação feminina nos sistemas alimentares e no desequilíbrio entre os países industrializados e os países em desenvolvimento (DI DOMENICO, 2022).

Segundo Menezes *et al.* (2015), na década de 1980, entretanto, o governo federal se retirou do panorama de abastecimento de hortigranjeiros. Em 1986, concedeu à COBAL o poder de transferir o controle acionário das centrais para os governos estaduais e municipais ou

iniciativas privadas, caso houvesse discordância dessas instâncias. Em 1987, presenciemos o encerramento do SINAC com a transferência de todas as ações da COBAL para a União.

Vale ressaltar, no entanto, que aquilo que não poderia ser privatizado, conforme estabelecido pela Constituição Federal no Título III, Capítulo II, Artigo 23, item VIII, eram as instâncias estaduais responsáveis pela organização do abastecimento alimentar. Isso se justifica pelo princípio de que o poder público não pode abdicar da obrigação inerente à segurança alimentar e nutricional. A justificativa adotada na época da transferência de poder foi a necessidade de descentralização da gestão, alinhada ao modelo de Estado Neoliberal (CUNHA, BELIK, 2012; GIRÃO, 2017, QUEIROZ, 2018; DI DOMENICO, 2022).

Com a extinção do SINAC, a intervenção do Estado concentrou-se na criação da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) em 1987, buscando manter uma unidade sistêmica. Posteriormente, em 1990, instituiu-se a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 (QUEIROZ, 2014; MENEZES, PORTO, GRISA, 2015).

Essa legislação autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Na década de 1990, observou-se uma maior estabilidade nesse cenário, caracterizado pela ausência de eventos significativos no âmbito do abastecimento agroalimentar urbano. Nesse período, as centrais de abastecimento, juntamente com outras empresas nacionais, foram objeto de debates acerca da privatização, refletindo o início do pensamento neoliberal que se consolidou ao longo da década de 1990 (QUEIROZ, 2014).

Recentemente, diante da “crise global dos preços dos alimentos de 2007-2008, as comunidades científica e política têm direcionado sua atenção para diversas questões nos sistemas globais de alimentos” (PEREZ-CASSARINO et al., 2018; DI DOMENICO, 2022), com foco nas considerações relacionadas ao abastecimento.

Adicionalmente às crises globais, é imperativo considerar diversas e contínuas adversidades, à exemplo das greves de caminhoneiros no

Brasil<sup>1</sup>. Isso nos instiga a ponderar sobre um dos persistentes desafios logísticos no abastecimento nacional, no qual uma parcela significativa do transporte de produtos hortifrutigrangeiros ainda é realizado por meio do sistema rodoviário, sendo os caminhões o principal meio de transporte para a chegada às centrais de abastecimento ou diretamente às redes de supermercados.

Na contemporaneidade, o Brasil dispõe de 23 centrais de abastecimento, encarregadas da administração de 73 entrepostos atacadistas distribuídos em 22 estados do país (Figura 1). Do conjunto de entrepostos, 49% estão localizados na região Sudeste, 26% na região Nordeste, 17% no Sul, e 4% no Norte e Centro-Oeste, revelando, assim, disparidades notáveis no desenvolvimento regional (Figura 2):

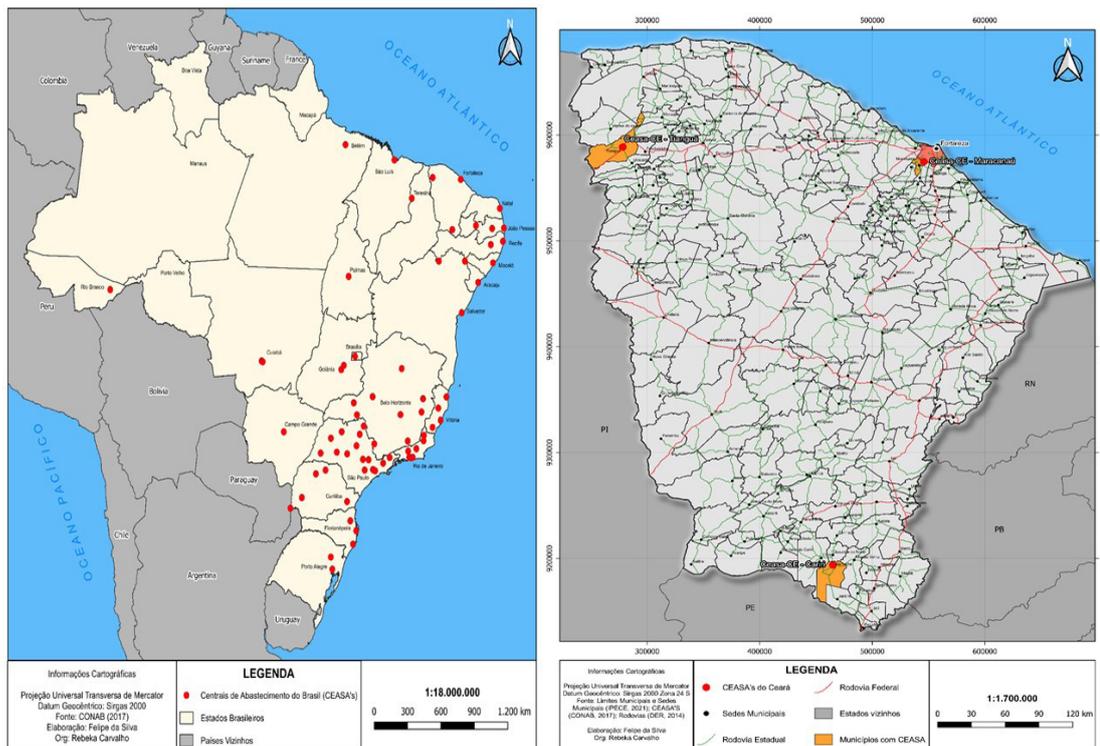


Figura 2: Localização dos Entrepósitos da CEASAs no Brasil e no Ceará.

Fonte: CONAB (2017).

É importante destacamos o processo de descentralização da gestão do governo federal das CEASAs, com exceção das sedes de São Paulo e Minas Gerais que conforme Cunha e Belik (2018) sofrerem iniciati-

1 A greve dos caminhoneiros do Brasil ocorreu no ano de 2018, teve início no dia 21 de maio e durou dez dias. Considerada a maior da história da categoria. O motivo da greve foi por causa do aumento do óleo diesel associada ao aumento do dólar e do petróleo no mercado internacional. A paralisação chegou a 24 estados. Houve prejuízos nos 13 segmentos da economia chegando a 50 bilhões (Pereira, 2021).

vas de privatização deixando muitas incertezas em relação do modelo de abastecimento, o restante seguem a cargo dos governos estaduais (CONAB, 2008; QUEIROZ, 2018).

O estado do Ceará dispõe de três centrais de abastecimento (Figura 2) distribuídas estrategicamente em seu território, situadas nos municípios de Maracanaú (Fortaleza), Tianguá (CE) e Crato (CE). A CEASA (Maracanaú) tem sua sede localizada no município de Maracanaú-CE, ocupando aproximadamente 290 mil m<sup>2</sup> na Rodovia Dr. Mendel Steinbruch, com foro jurídico estabelecido na Comarca deste município. Seus objetivos consistem em fomentar políticas de abastecimento alimentar para o Estado do Ceará, especialmente no que se refere a produtos hortifrutigranjeiros (CEASA, 2018).

Além disso, a entidade tem a responsabilidade de coordenar, supervisionar e controlar as atividades desenvolvidas, promover e incentivar o intercâmbio de informações com outras CEASAs no país, visando fornecer dados relevantes aos produtores, atacadistas, varejistas e órgãos públicos para orientar suas ações no mercado hortifrutigranjeiro.

Por meio de seus serviços, busca aprimorar a renda e o padrão de vida do agricultor familiar, ao mesmo tempo facilitar a aquisição de produtos de qualidade e preços competitivos para todas as camadas da população (CEASA, 2018; LIMA et al. 2012).

Diversos autores acreditam que, ao longo da história, o papel dessas centrais de abastecimento tem se centrado na garantia da concentração, acesso, distribuição e comercialização de alimentos do segmento hortifrutigranjeiro. Conforme Oliveira (2010), por outro lado, também se institui como um espaço institucionalizado do capital comercial. O autor aponta o papel dos atravessadores subsidiados pelo Estado que supre toda a infraestrutura necessária, cada vez mais as CEASAS têm se submetido aos interesses da comercialização para esses agentes e no caso da CEASA(CE) para as empresas privadas fornecedoras de produtos FLV que por sua vez comercializam para as redes de supermercado.

Nesse contexto, as cidades desempenham um papel crucial como centros de concentração, distribuição e comercialização, proporcionando condições logísticas mais favoráveis aos produtores de produtos *in natura*, como frutas, legumes, verduras e outros itens do setor hortifrutigranjeiro (BELIK, CUNHA, 2012; PEREIRA, 2017; GIRÃO, 2017).

A CEASA (Maracanaú) configura-se como uma unidade de significativa centralidade para o sistema agroalimentar de Fortaleza (CE) e Região Metropolitana desempenhando um papel crucial como ponto centralizador das produções nacionais, essa instância constitui-se como uma peça fundamental na dinâmica econômica que impulsiona as demais.

Essa estrutura assegura o abastecimento de feiras, mercearias, mercadinhos de bairro, mercados municipais, redes de supermercados e, por último, atende diretamente ao consumidor. Este se beneficia não apenas da aprimoração e proximidade dos canais de comercialização, mas também da oferta de preços equitativos, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional de Fortaleza (CE) (LIMA, 2015; GIRÃO, 2017; DIAS, 2021).

Além do Ceará, na participação no volume comercializado no entreposto da CEASA (Maracanaú) temos: Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Sergipe, Rio Grande do Norte, São Paulo, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná, Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Piauí, Tocantins, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Mato Grosso, Amapá, Amazonas, Roraima.

Entre os principais produtos ofertados, considerando as médias históricas teríamos: laranja, banana, batata, tomate, cebola, mamão, melancia, goiaba, maçã e abacaxi que representam 70% da oferta média de 397 mil toneladas ao ano (GIRÃO, 2017).

A CEASA (Maracanaú) é responsável pelo abastecimento hortifruti também de outros produtos de todo o estado do Ceará, incluindo os municípios do interior do Estado tendo alcance de comercialização para abastecer parcialmente estados como: Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Entre os principais municípios de origem de produtos para a CEASA, estariam Maracanaú e surpreendentemente Fortaleza/CE estaria entre eles. Teríamos ainda, Limoeiro do Norte/CE, Petrolina/CE, Tianguá/CE, Russas/CE, Aracati/CE, Guaraciaba do Norte/CE, Irecê/BA, Mucuge/BA e São Paulo/SP que durante os anos de 2002 a 2015 representaram 39,8% da oferta média de 425 mil toneladas ao ano (LIMA et al. 2012; GIRÃO, 2017; CEASA, 2021).

Ao observamos os dados fornecidos pela CEASA para o ano de 2021, o Ceará contribuiu para o abastecimento da CEASA (Maracanaú) com o volume de 268.660,95 toneladas. Este total representa um percentual de 51%, com um valor de mais de 980 milhões de reais representando 53,9% do valor arrecadado, considerando todos os produtos comercializados. Já o volume dos outros Estados do Brasil contribuiu com 258.438,58 toneladas, um percentual de 49%, totalizando o valor de mais 839 milhões de reais representando 46,1% do valor arrecadado. O Ceará (CEASA – Maracanaú) junto com os outros estados arrecadou o total de 527.099,53 toneladas e o valor de 1.819.876.960,00 bilhão de reais (Informações obtidas em trabalho de campo).

Na Tabela 2 podemos observar um ranking da liderança de comercialização por estados na participação do abastecimento da CEASA (Maracanaú) no ano de 2021. Optamos por selecionar dos vinte e quatro Estados os dez maiores contribuintes.

**Tabela 2 – Participação dos dez outros Estados no volume em reais / toneladas dos produtos comercializados na CEASA (Maracanaú) em 2021.**

Ranking	Estado	Valor (R\$)	Volume (t)
1º	Minas Gerais	167.908.356,35	35.157,60
2º	Bahia	162.147.305,15	58.886,69
3º	Pernambuco	131.920.714,90	46.860,48
4º	Sergipe	83.034.788,82	32.914,34
5º	São Paulo	67.653.146,42	17.143,34
6º	Rio Grande do Sul	49.193.034,54	9.047,31
7º	Rio Grande do Norte	46.661.578,27	19.972,81
8º	Goiás	34.473.986,97	12.137,62
9º	Paraíba	28.659.930,95	10.188,03
10º	Santa Catarina	28.390.434,25	5.672,60

Fonte: CEASA/ NUPLE (2021).

A dinâmica de funcionamento da CEASA (CE) só é possível em virtude das relações e circuitos cooperativos dos inúmeros agentes do segmento hortifruti, dentre eles: funcionários, fornecedores, produtores, comerciantes (permissionários) e consumidores. Os permissionários

permanentes são aqueles comerciantes que possuem empresas instaladas no interior da Ceasa, sendo também denominadas de boxes, são as lojas com espaço individualizado. Os permissionários não-permanentes são aqueles que expõem seus produtos sobre trados de madeira ou caixas plásticas, sob os galpões abertos, estes, geralmente, comercializam em menor quantidade e são maioria dentre os permissionários (Informações obtidas em trabalho de campo).

Uma das principais características dos comerciantes (permissionários que podem ser pessoa física ou empresa com a permissão de comercializar em pedras ou boxes os produtos dentro da CEASA - Maracanaú) é o fato de agirem como intermediários entre os produtores e os consumidores, realizando a circulação dos produtos (FLV)<sup>2</sup> visando o lucro a partir do desempenho e eficácia de venda dos participantes. Eles desempenham um importante papel em suprir o comércio varejista (LIMA et al. 2012).

Em campo percebemos que existe uma redução do número de produtores fazendo a comercialização dos seus próprios produtos, essa realidade também foi elucidada por Oliveira (2010) quando discorre sobre os produtores de São Paulo, Rio de Janeiro e Sul do Brasil.

As relações de trabalho e comercialização sofreram algumas mudanças com relação à comercialização direta dos produtores com os consumidores na CEASA (Maracanaú), observou-se, a partir das entrevistas, que a maioria dos comerciantes do galpão dos produtores eram funcionários assalariados a serviço dos produtores. Denotando que eles passaram a se concentrar nas suas atividades no campo e de suas produções e contratam funcionários pagos na CEASA (Maracanaú) para a venda dos seus produtos.

Atualmente na CEASA (Maracanaú), diversos serviços são realizados e distribuídos em sete galpões permanentes para hortigranjeiros, com um total de 168 lojas, nos quais três desses galpões não permanentes possuem 1.770 módulos para comercialização (os galpões são as estruturas cobertas como as lojas e os módulos são conhecidos como "pedras" de comercialização). Existem dois galpões cobertos para comercialização de milho verde, um galpão para estiva e cereais com 38

<sup>2</sup> A sigla FLV se refere as frutas, legumes e verduras, o termo mais utilizado pelas redes de supermercado.

lojas, um galpão para frigoríficos com 25 lojas, um galpão para produtos atípicos com 50 lojas e um galpão do produtor com 416 módulos de comercialização, conforme a (Figura 3).

A CEASA (Maracanaú) também conta com um galpão para carregadores autônomos com 500 vagas, três agências bancárias (Banco do Brasil, Bradesco e Banco do Nordeste), um cartório de ofício, um núcleo da SEFAZ, um posto da Polícia Militar, um posto de gasolina, um estacionamento para motos e bicicletas com 1.600 vagas, dois estacionamentos para veículos com 600 vagas, quinze lanchonetes e duas baterias de banheiros públicos.

As áreas são concedidas aos comerciantes, também chamados de “Permissionários” por meio de licitações. Os boxes ficam com comissões de cerca de 17% sobre o valor total das vendas. Produtores (Fornecedores) – Qualquer produtor interessado em comercializar na CEASA (Maracanaú) pode entrar em contato com a mesma e solicitar o contato dos boxes que se interessarem pelo seu produto. Após negociar o envio da carga ao box, o produtor já pode enviar seu produto a CEASA (Maracanaú) (SILVEIRA, 2021).

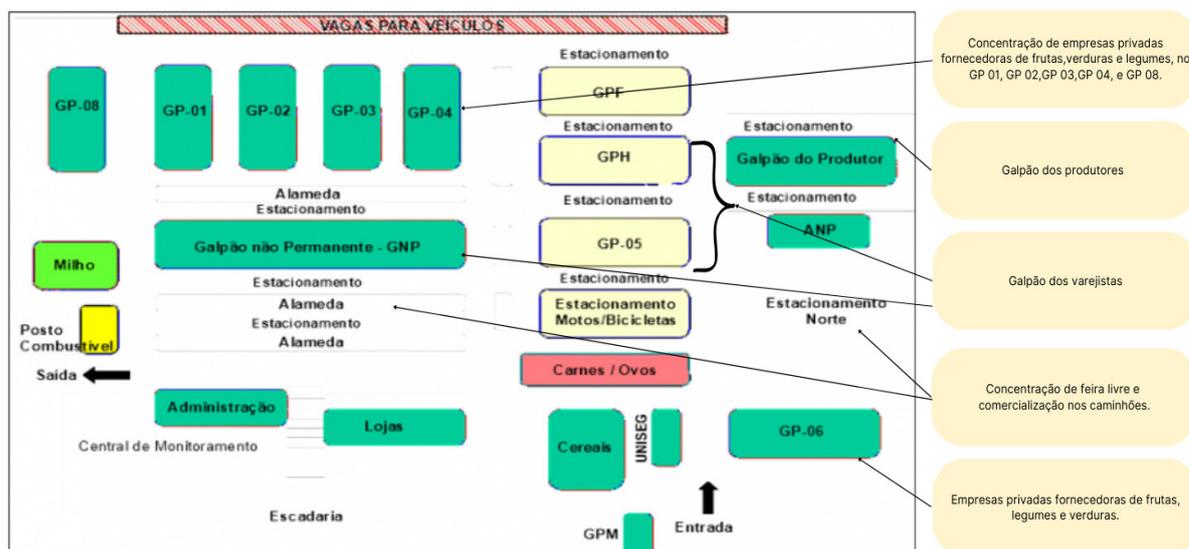


Figura 3 – Planta da Estrutura Física da CEASA CE (Sede Maracanaú).

Fonte: CEASA/CE (2024), adaptado pelas autoras.

A importância da CEASA (Maracanaú) consiste no fato de que ela permitiu a organização e a expansão da comercialização de produtos hortigranjeiros que abastecem os equipamentos de abastecimento ali-

mentar de hortifruti em Fortaleza e Região Metropolitana, por meio da concentração de compradores e vendedores num mesmo local.

Além disso, ela foi muito importante para a divulgação de informações de mercado e formação de preços para o Ceará e Região Metropolitana já que se trata de um mercado *spot*, onde os preços são formados de acordo com a oferta e demanda de produtos. Destaca-se ainda a importância da CEASA para a geração de empregos, pois parte dos trabalhadores e comerciantes vivem da renda adquirida com a comercialização da central de abastecimento, como é o caso dos entrevistados da CEASA (Maracanaú).

## Considerações finais

Neste estudo, apresentamos uma breve análise das intervenções do Estado no enfrentamento das recorrentes crises de abastecimento agroalimentar no território brasileiro. A abordagem contemplou não apenas as ações emergenciais, mas também políticas estruturais adotadas para assegurar a estabilidade no fornecimento de produtos essenciais à população. Destacam-se medidas regulatórias, investimentos em infraestrutura logística e ações coordenadas entre os diversos entes federativos visando a mitigação dos impactos adversos sobre o abastecimento nacional.

No entanto, consideramos pertinente destacar que a maioria das intervenções estatais foram de caráter paliativos e não medidas definitivas que solucionassem as crises agroalimentares. Esta pesquisa demonstra a importância de compreender os aspectos histórico - geográficos do abastecimento agroalimentar urbano para pensarmos modelos alternativos para conter essas crises alimentícias de maneira mais eficiente, pensando em um abastecimento sustentável e participativo, em especial, dos agricultores familiares brasileiros.

Voltamos nossa atenção para o âmbito regional, mais especificamente, para as políticas de abastecimento agroalimentar implementadas no estado do Ceará, com ênfase na cidade de Fortaleza. Nesse contexto, analisamos as estratégias adotadas pelas autoridades locais para assegurar a disponibilidade de alimentos básicos, considerando as peculiaridades da região. Investigamos a articulação entre as diversas

esferas governamentais, bem como os desafios específicos enfrentados no contexto urbano, delineando um panorama das políticas de abastecimento no contexto cearense.

Por fim, concentramo-nos na implementação das Centrais de Abastecimento (CEASAs) no Brasil, com um enfoque especial no caso da CEASA de Maracanaú, localizada em Fortaleza (CE). Aprofundamos a compreensão dos mecanismos operacionais dessas estruturas, destacando o papel crucial desempenhado na cadeia de abastecimento nacional. Essa seção propiciou uma compreensão mais holística das estratégias implementadas no âmbito das CEASAs para fortalecer a resiliência do sistema de abastecimento diante de desafios diversos e sua contribuição para o sistema agroalimentar de Fortaleza e sua Região Metropolitana.

Como desdobramento, consideramos fundamental aprofundar a compreensão das principais intervenções estatais ao longo da história do Brasil, de modo a explorar os aprendizados derivados das estratégias implementadas para enfrentar as crises de abastecimento agroalimentar. Este estudo visa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e resilientes, alinhadas com as demandas dinâmicas de uma sociedade em constante transformação.

## Referências

ABRACEN. *Manual Operacional das Ceasas do Brasil: Conceitos das Ceasa*. Belo Horizonte: AD2, 2011. Disponível em: <https://abracen.org.br/wp-content/uploads/2014/05/manual.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. A. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o desenvolvimento rural. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*, v. 1, p. 217-235, 2015.

BELIK, Walter; CUNHA, AR de A. *Equipamentos públicos de Abastecimento Alimentar no Brasil: trajetória e desafios*. PEREZ-CASSARINO, Julian et al, p. 36-59, 2018.

CAMPOS, Eduardo. *Fortaleza provincial: rural e urbano*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ. *Centrais de Abastecimento do Ceará. Estatuto social da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A-CEASA/CE*. 2018. Disponível em: < <http://www.ceasa-ce.com.br/est-ceasa.asp> >. Acesso em: 05 fev. 2024.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ. *Boletim Anual*. Nº. 1, Jan – Dem. 2021.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Localização dos entrepostos das CEASAS, 2017*. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/ceasas>. Acesso em: 05 fev. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Manual I- Breve história dos sistemas de CEASAS no Brasil (1960-2007), 2008*. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2024.

CUNHA, A.; BISMARCK, J. C.; ALMEIDA, G. O. *Sistema Brasileiro de Centrais de Abastecimento e os mercados de Quarta Geração*. 49o Encontro da SOBER–Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Belo Horizonte, v. 24, 2011.

DI DOMENICO, M. *Governança dos sistemas alimentares nas conferências da FAO (1977-2021): normas e atores*. 2022.

DIAS, L. C. et al. *Redes, sociedades e territórios*. Edunisc, 2021.

GIRÃO, Odálio. *Mercado S.A*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p.144, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*, v. 37, 1976. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Segunda apuração. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. 774 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico população e domicílios - primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>, 2022.

LIMA, J. S. et al. *Caracterização do comércio da Ceasa-Ceará*. Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas, v. 2, n. 4, 2012.

LIMA, K. K. de. O planejamento e a gestão da central de abastecimento do Estado de Goiás Ceasa-Go. 2015. 169 f. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2015.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. *História política do abastecimento (1918-1974)*. 1979.

MENEZES, F.; PORTO, S. I.; GRISA, C. *Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico*. Brasília: Centro de Excelência Contra a Fome, p. 21-53, 2015.

PEREIRA, D. S. *Aspectos ambientais, sociais e de saúde das políticas e propostas de abastecimento alimentar no Brasil*. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2017.

PEREIRA, M. L. *Falta de comida e combustível: relembre outras greves de caminhoneiros*. UOL. São Paulo. 31 de set de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/31/greve-dos-caminhoneiros-relembre-paralisacoes-anteriores>. Acesso em: 6 de set, de 2024.

PEREZ-CASSARINO, J. et al. *Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais*, 2018.

PORTO, S. I., GRISA, C. Abastecimento alimentar e prioridades políticas na pandemia da covid-19. *Teoria e Debate*. Edição 195, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza*. Consócio SERETE S.A. Engenharia S.D. Consultoria de Planejamento Ltda, 1972.

QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. *Trabalho e cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do século XX*. 2011. 200f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2011.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. *A Ceasa-RN e os circuitos da economia urbana: a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN*. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

QUEIROZ, T. A. N. As Ceasas no contexto da reestruturação do território brasileiro. *Revista Geotemas*, v. 8, n. 2, p. 59-78, 2018.

SILVA, José Borzacciello da. Formação Socioterritorial Urbana. *In: DANTAS, E. W. C.; DA SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L. De cidade à metrópole:(trans) formações urbanas em Fortaleza*. Eustógio Wanderely Correia, 2009.

SILVEIRA, I. Í, S. *Importância e comercialização das centrais de abastecimentos*. 2022. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

SOUZA, Maria Salete. de. *Segregação Socioespacial em Fortaleza*. *In: SILVA, J. B.; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, M.E.; MEIRELES, A.J. de A. Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

\_\_\_\_\_. Análise da estrutura Urbana. *In: DANTAS, E. W. C.; DA SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L. De cidade à metrópole:(trans) formações urbanas em Fortaleza*. Eustógio Wanderely Correia, 2009.

WEBB, Kempton E. Problemas de abastecimento de víveres no Brasil. *Boletim Geográfico*. v.24, n.184, p. 49-54, 1965.

## Agradecimento

*As autoras agradecem ao financiamento do PROEX/CAPES, processo nº 0348/2021/23038.008387/2021-53: Programa de Excelência Acadêmica.*

*Do mesmo modo, agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).*

---

### **Rebeka Carvalho Macêdo**

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará e Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professora da Rede Particular de Ensino e Integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação (NUPEGA), vinculado ao Departamento de Geografia (UFC).

Bloco 911, Campus do Pici, 900, Fortaleza – CE

E-mail: rebekacarvalhomacedo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8786-5426>

### **Iara Rafaela Gomes**

Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará e graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente é professora efetiva Federal do Ceará, onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Geografia desta universidade.

Bloco 911, Campus do Pici, 900, Fortaleza – CE

E-mail: iara.gomes@ufc.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3459-580X>

---

Recebido para publicação em fevereiro de 2024.

Aprovado para publicação em setembro de 2024.